

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS*

Kailash Satyarthi**

Sr. Presidente da Suprema Corte do Brasil, Sr. Presidente do TST, Exmos. Juízes, Excelências, irmãos e irmãs.

É uma grande honra para mim, e também um grande prazer, estar aqui.

Fico muito feliz e sinto-me em casa quando estou no Brasil, embora não saiba falar mais do que duas ou três palavras em português. “Obrigado” é uma delas. Amo o Brasil há muitos anos. É a minha segunda casa.

Há muitos anos, há trinta e dois ou trinta e três anos, foi muito difícil, quando abri mão da minha carreira de engenheiro eletricista e comecei a libertar os trabalhadores em situação de escravidão na Índia. Minha mãe, que era viúva, preocupava-se muito e disse-me:

“A maior parte do tempo você fica fora de casa, nas pedreiras, nas minas, nas fazendas. Você está sempre trabalhando com essa questão do trabalho infantil, e é um trabalho perigoso. Talvez você devesse ficar mais tempo em casa para se recuperar.”

Respondi a ela: toda casa, todo local onde as pessoas amam e se importam com as crianças, onde as pessoas protegem as crianças mais vulneráveis, lá é a minha casa. Então, o Brasil é a minha casa. Isso porque vocês se preocupam com as crianças.

Estou muito feliz em estar aqui esta noite. É muito pertinente, num momento em que o mundo está enfrentando tantas crises e seus desdobramentos, igualmente ruins: a crise alimentar, a crise dos combustíveis, a crise econômica, o aquecimento global, as questões preponderantes do meio ambiente, o terrorismo global. Todos esses problemas nos forçam a pensar de forma diferente. Por exemplo, as emissões de carbono que acontecem em determinado local

* Revisão da transcrição por Maria Goretti Sobreira de Oliveira Corrêa.

** *Ativista de direitos humanos da Índia, atuante no movimento global contra a escravidão e a exploração do trabalho infantil desde 1980; foi indicado ao Prêmio Nobel Paz em 2006.*

acabam por afetar o planeta como um todo. As pessoas enlouquecem e matam umas às outras em nome da religião em determinados locais do mundo. Então, ameaças que afligem uma parte do mundo acabam afetando o mundo inteiro. São problemas que têm natureza global.

O trabalho infantil também não é uma questão restrita a um país ou outro; é um problema global. E as políticas internacionais, de investimento e comércio, tudo isso afeta as crianças. É por isso que não existe problema nessa terra que possa ser visto ou mesmo resolvido isoladamente, porque estão inter-relacionados! Não é só uma questão de economia global ou de mercado globalizado. Temos que pensar também em soluções globalizadas. Lógico, há importância, sim, nas soluções locais, mas é necessário um horizonte mais abrangente, para que analisemos e resolvamos os problemas num nível maior.

Eu gostaria de parabenizar o presidente do TST por ter dado esse passo tão oportuno, e todos vocês também devem ser parabenizados por estarem participando dessa iniciativa tão louvável.

Meus amigos, sempre tenho sensações, emoções mistas, quando falo sobre o tema de escravidão, trabalho infantil e tráfico de crianças. A razão disso é que, por um lado, fico feliz por estarmos ensejando esforços e movimentos coletivos, com base em conhecimentos associados, para gerar compromissos e possibilitar ações práticas. Isso é muito bom, muito positivo. Contudo, sinto-me um pouco envergonhado, inclusive abaixo a cabeça, porque, nos últimos trinta anos, venho falando, venho trabalhando e, nesse meio tempo, muitas coisas vêm acontecendo.

Como todos vocês sabem, por exemplo, acabou o *apartheid*, caiu o Muro de Berlim. A missão da nave *Curiosity* já pousou exitosamente no planeta Marte e é uma das conquistas científicas mais incríveis da nossa sociedade. É sabido também sobre a partícula de Deus, o bósons de Higgs, resultado de uma pesquisa que requereu milhões e milhões de dólares. Esse é um lado positivo do progresso, do acúmulo de conhecimento.

Disseram-me que temos aqui conosco cerca de 800 pessoas. Então, por favor, imaginem o seguinte: que 300 de vocês não tenham ido à escola, não saibam ler nem escrever; 250 de vocês irão dormir com fome hoje. Pensem nessa situação, nessa hipótese. Duzentos de vocês não terão água potável quando chegar em casa. Temos um bilhão de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza. Dois bilhões e quinhentos milhões de pessoas vivem em situação de pobreza e não têm acesso à água limpa, à água potável. Um bilhão de pessoas não são alfabetizadas, não receberam educação.

Esses dois extremos – as nossas conquistas e as nossas falhas – me deixam triste.

Irmãos e irmãs, hoje estamos aqui para falar das crianças. O presidente desta Corte falou muito bem no começo desta sessão. Estamos falando de mais de duzentos milhões de crianças que trabalham abrindo mão de sua infância, de sua liberdade, de sua educação, de sua recreação e de oportunidades futuras. Aproximadamente um milhão dessas crianças são compradas e vendidas como animais e, muitas vezes, seu preço é inferior ao dos animais. Metade desses duzentos ou duzentos e cinquenta milhões de crianças está trabalhando em situações de perigo, em condições insalubres.

É fácil ficar aqui falando de estatísticas. Mais difícil do que isso é entrar nos detalhes que compõem cada um dos números dessas estatísticas, porque cada um deles tem por trás de si uma face humana, com olhos que sentem dor e que nos olham para que ajamos agora. São crianças que buscam e que necessitam de cuidado, de proteção, de segurança. Cada uma delas tem que ter um futuro e clama por que permitamos que usufruam todo o seu potencial. Elas nos pedem isso.

Eu já passei por vários incidentes. Pessoalmente, já resgatei dezenas de milhares de crianças em situação de escravidão no meu país, às vezes por meio de ações diretas, às vezes por meio de ações do Judiciário da Índia, que vem nos ajudando cada vez mais, abrindo os olhos e participando dessas atividades. E também venho conhecendo crianças do mundo inteiro. Lembro-me de um menino, Salim – esse não é o verdadeiro nome dele –, que conheci em um vilarejo remoto do Sudão, há muitos anos. Eu estava falando com os ativistas e com outras crianças e, nesse meio tempo, percebi que esse menino estava com uma expressão muito zangada, com o semblante impávido, sem sentimento, sem emoções; estava sentado sozinho em um canto. Olhei para ele, aos poucos me aproximei, coloquei a mão sobre o seu ombro e perguntei: “Por que você não participa da discussão? Por que você está aqui isolado?” Ele virou o rosto para o outro lado. E aí uma pessoa da região contou-me a história dele.

Quando Salim tinha onze ou doze anos, durante a noite, ele foi sequestrado, de sua cama, enquanto dormia, no seu vilarejo. Colocaram uma venda sobre os seus olhos e o levaram para outro local. Quando lhe tiraram a venda, ele se encontrava em um local desconhecido, com várias pessoas armadas. Diferentes armas, pistolas. Muito chocado, ele, então, começou a chorar e foi estapeado pelas pessoas, que lhe disseram: “Faça silêncio porque agora você é parte do nosso grupo. Você é um de nós”. E lhe mostraram uma arma. Salim nunca havia tocado em uma arma antes. Estava com bastante medo.

Na manhã seguinte, o ensinaram como funcionava a arma, e ele passou o dia inteiro trancafiado dentro de uma sala. Na terceira manhã, mais uma vez, foi vendado e levado para outro local – bem cedo, às 5 ou 6h da manhã. Quando foi desvendado, viu-se no seu vilarejo; ficou feliz por estar de volta, e aí alguém colocou uma arma em sua cabeça, dizendo: “Pegue essa arma aqui”. Deram-lhe uma arma pequena, bastante sofisticada. “Agora você tem de puxar o gatilho”, ordenou o homem. Ele sabia que, ao puxar o gatilho, iria fazer um disparo. Foi levado para perto de sua casa. Sua mãe e suas irmãs estavam saindo de casa, para utilizar o banheiro, que ficava do lado de fora. Mandaram o menino disparar contra a sua família. Ele perguntou: “Como assim?” Disseram-lhe: “Não grita porque senão vamos matar a sua família e você também. Você vai atirar quando contarmos até três”. O menino ficou com tanto medo que realmente puxou o gatilho e, então, a mãe e as duas irmãs morreram. Também foram mortas várias outras pessoas em volta. Mais uma vez, ele foi vendado e levado embora. Disseram-lhe que aquela era a primeira lição que teria que aprender para participar daquele exército de crianças que ali se formava.

Salim não é o único exemplo. Estamos falando de quase meio milhão de crianças que passaram por essa mesma situação e que ainda hoje vivem em situação de escravidão como soldados infantis, que é uma das piores formas de trabalho infantil.

Lembro-me de outra menina, Pâmela, do Nepal, que trabalhava na indústria circense. A mãe e outras pessoas do seu vilarejo me procuraram com a esperança de receber ajuda. As pessoas circenses, muitas vezes, são vistas negativamente, como se fizessem parte de uma máfia. Decidi tentar fazer o resgate físico, mas, quando chegamos lá, não conseguimos encontrar nenhuma dessas crianças. Avisaram sobre a nossa chegada. Eles nos bateram, atiraram contra nós, apanhamos muito. Fui hospitalizado por vários dias; outros ativistas também ficaram internados. Mas, graças ao trabalho feito pelo Judiciário em nível estadual, nosso trabalho vem sendo facilitado. Naquele caso, deram uma diretriz para a polícia. Disseram que a polícia estava pessoalmente responsável por resgatar aquelas crianças em até 72 horas, ou seja, em até três dias. Isso porque todas as provas já estavam lá. Havia provas de que as crianças passavam o dia inteiro lá e, quando íamos resgatá-las, elas sumiam. O Tribunal realmente tomou as rédeas dessa ação, e conseguimos liberar aquelas meninas.

Uma delas era a Pâmela, que tinha uma raiva tão grande dos homens a ponto de se recusar a falar com qualquer um que se aproximasse. Ela já tinha ouvido falar de mim e sabia que eu tinha trabalhado no seu resgate e no de outras crianças, mas, mesmo assim, não quis se dirigir a mim.

Eu estava ali trabalhando, sentado no centro comunitário com sua mãe, e, lentamente, a menina se aproximou de mim. Propositamente, não olhei para ela. Eu falava com outras crianças, outros meninos e meninas, e, quando a vi se aproximando, perguntei se estava feliz em estar livre. E então ouvi: “Como assim? Você acha que sou criança? Não sou mais criança”. Assustei-me e lhe disse: “Mas você é uma menina de doze, treze anos, você é uma criança que agora poderá ir para a escola, poderá construir seu futuro, na Índia, no Nepal, onde você quiser”. Ela disse: “não”.

Eu sabia que ela havia trabalhado por seis anos como escrava. Ela contou para as outras moças que fazia *performance* nos circos e, quando seu desempenho era bom, seus superiores ficavam felizes e a deixavam dormir tranquilamente. Do contrário, se ela não fizesse um bom trabalho, se fizesse as acrobacias de modo insatisfatório, se caísse, por exemplo, era punida por seu mau desempenho. Justamente por isso ela disse que não era mais uma criança. Igualmente, quando falei para Salim: fique feliz, você é livre agora, foi libertado pela minha polícia, você pode ir à escola, ele disse: “Não, que coisa mais sem sentido você falar que sou criança. Não sou mais criança não”.

Há alguns anos, tivemos uma atividade com o Banco Mundial, em Washington, quando realizamos reuniões com crianças da Ásia, da África e da América Latina para conhecerem o presidente do banco e seus diretores. Vários diretores concordaram em conversar com as crianças. Havia uma jovem com cerca de quinze anos, da Colômbia, Cíntia – também um nome fictício –, que conversava com a secretária de Educação da América, no banco. Ela perguntou a Cíntia se ela gostaria de ir à escola para construir o seu futuro. E a menina respondeu aos gritos: “Que coisa mais sem sentido! O que a senhora está falando? Que sou uma criança? Não sou criança”. E todos ficamos chocados. Então ela completou: “Sou mãe, tenho um filho de seis meses de idade. Trabalhei como empregada doméstica num lugar, depois em outro, depois fui vendida para uma terceira pessoa, e todas essas pessoas eram más. Eu não sei quem é o pai da minha criança, porque todos abusaram de mim, e talvez eu nunca saiba”. Todos ficamos chocados e choramos.

Salim diz que não é mais criança, Pâmela diz que não é mais criança, Cíntia diz que não é mais criança. Se duzentos milhões de pessoas sentem que não são mais crianças, é uma pena para nós. Isso me deixa zangado, me revolta. Vocês não se revoltam? Não se zangam com isso? Nossas crianças estão perdendo a sua infância e acham que não são mais crianças, não se consideram mais crianças. Esse é o desafio que todos precisamos aceitar.

E como V. Ex^a disse, sr. presidente, quando citou o poema, as crianças são o hoje, elas não podem mais esperar. Algumas vezes, penso que não estamos vivendo em um mundo tão pobre. Temos o poder da compaixão global, o poder de assumir o compromisso global, de implementar uma ação global, e há responsabilidade global em relação às nossas crianças.

O mundo gasta mais de um trilhão de dólares anualmente em armamentos militares. E de quanto precisamos para educar todas as crianças? Apenas dezesseis milhões de dólares. É bem menos do que está sendo gasto em armamentos militares. Se um em cada quatro norte-americanos decidirem que não mais apoiarão a compra de armamentos, poderemos resolver o problema de todas as crianças. O que os americanos gastam em cigarros é o suficiente para educar todas as crianças do mundo. Os europeus gastam muito em cosméticos; se apenas um em cada cinco decidisse não mais consumir cosméticos, poder-se-ia resolver a situação da educação no mundo. São gastos trilhões em cosméticos – dezesseis milhões bastariam para resolver o problema. E o que é desembolsado para resgatar os bancos? O que se gastou em dois anos? Apenas 0,02% do dinheiro que foi gasto ou dado para os bancos seria suficiente para educar todas as crianças do mundo.

Será que somos pobres? E por que as crianças devem pagar o preço de toda essa exploração, de toda essa escravidão, do tráfico? Elas não são responsáveis pela pobreza, não há nada no mundo que diga que alguma criança seja responsável pela pobreza e pelas guerras. Elas são vítimas de tudo isso, e algumas vezes nós as vitimamos ainda mais por serem pobres. A grande desculpa tem sido: como as crianças são pobres, precisam trabalhar.

Há séculos vemos pessoas praticando o hinduísmo, o islamismo, o cristianismo, o que quer que seja. Quando nasci, numa família de classe média simples, aprendi que a primeira coisa na qual os hindus acreditam é em Deus. Eles acreditam que a encarnação de Deus está nas crianças. Há muitos festivais onde as crianças são idolatradas como deusas, há festas em homenagem a isso, porque elas são as imagens vivas de deuses e deusas.

Minha família era bastante liberal, portanto, pude estudar o Alcorão, o islamismo, porque havia uma mesquita perto da minha casa. O Imã certa vez me disse: “Alá não tem uma imagem, portanto, você não pode desenhar nem a ele nem a Maomé. Mas se você quer, de fato, ver a aura de Alá, você pode vê-la no rosto da criança que está brincando no colo de sua mãe. Você pode perceber a existência dessa aura e, portanto, perceber a existência de Alá naquela criança”.

Muitas coisas há no cristianismo, mas o que mais gosto do Novo Testamento é quando Jesus diz: “Deixai vir a mim as criancinhas”. Ele não disse deixai vir a mim apenas as crianças cristãs, muçulmanas, instruídas, educadas. Ele disse todas as crianças, a despeito de suas crenças religiosas, políticas, sociais, culturais – todas as crianças –, para que possamos pensar na criança como o centro do universo. Isso foi pregado por Jesus.

As crianças fabricam bolas futebol no Paquistão. Algumas vezes, quando converso com elas, pergunto: qual é o seu sonho? Você quer ser um grande jogador de futebol? E elas me dizem que sonham em poder jogar futebol com as bolas que fabricam. As crianças fazem sofás, bancos e jamais se sentam; roupas lindíssimas que jamais vestem; acomodam um tijolo em cima do outro e jamais vivem naquelas casas. Que preço as crianças estão pagando para nos manter felizes? Isso é algo que deve nos revoltar e nos deixar impacientes, uma vez que, como foi dito, as crianças não podem esperar. Há vários mitos na sociedade. Um deles é o de que esse é um problema mundial.

Quando conheci alguns ministros, presidentes ou primeiros-ministros – tive a oportunidade, como presidente da Campanha Global da Educação e da Marcha Global, de me reunir com essas altas autoridades –, ouvi algo como: “Veja, o país é tão pobre que as crianças vão morrer de fome se não trabalharem”. Esse é o mito que evita que os acadêmicos – até políticos, em muitos casos – ajam, tomem uma atitude. Mas nos esquecemos de que não é a pobreza que perpetua o trabalho infantil, mas o resultado, o produto desse trabalho infantil também perpetua a pobreza.

Hoje temos duzentos e cinquenta milhões de crianças trabalhando em tempo integral. Em vários países, os pais e irmãos mais velhos dessas crianças também foram vítimas do trabalho infantil e continuam desempregados. As crianças têm preferência para esse tipo de trabalho porque não levantam bandeiras, não participam de associações, não podem ir até o ministro do Trabalho, ou seja, é um trabalho muito barato. Já os adultos iriam até as autoridades para dizer que não estão recebendo o salário-mínimo, ou que estão sendo ameaçados, que alguém pode ser vitimado, ou seja, têm todas essas possibilidades e recursos que as crianças não têm. Elas são apenas vítimas, e é por isso que são a mão de obra ideal. E se as crianças continuarem trabalhando, não vão progredir na vida, porque continuarão analfabetas, muitas vezes adoecerão, e assim por diante. É o ciclo da pobreza que se perpetua e passa de uma geração para outra. Pobreza e trabalho infantil tendem a se perpetuar, e a questão é, de fato, muito difícil. Então, os esforços para erradicar o trabalho infantil e a pobreza são muito importantes e podem ser vistos em dois mundos diferentes,

ou seja, são dois problemas diferentes a se resolver, mas que, ao mesmo tempo, estão inter-relacionados.

Numa conferência com professores de vários países, alguns perguntavam por que havia trabalho infantil. E a eles era dito que havia trabalho infantil porque tradicionalmente as crianças trabalham. Isso é algo que ouvi em vários países latino-americanos também: na Bolívia, no Equador, no Peru. Ouvi que isso não interfere na tradição social. Essas tradições ou sensibilidades sociais simplesmente exploram as crianças, são argumentos para a exploração, nada mais que isso.

Acho que é preciso confrontar esses mitos que prevalecem na sociedade e justificam o que chamamos de paradigma triangular. Imaginem um triângulo. Em uma ponta, temos a pobreza; na outra, o trabalho infantil; e na terceira, o analfabetismo. Essas três coisas são interdependentes e geram consequências umas para as outras. Se a pobreza e o trabalho infantil persistirem, o analfabetismo também vai persistir, mas se não houver educação gratuita e de boa qualidade, o trabalho infantil e a pobreza persistirão.

Em termos de solução para pobreza, por meio de reforma agrária e trabalho justo, um dos pontos mais importantes é o programa de erradicação de trabalho infantil, porque os três vértices do triângulo estão interconectados. Mas, algumas vezes, vivemos em dois mundos totalmente diferentes.

Perdoem-me, mas receio dizer que, em um nível superior, se me perguntarem se a ONU e suas agências (Unicef, OIT, PNUD, UNESCO), Banco Mundial, FMI e outras organizações têm alguma colaboração efetiva na questão da criança ou do trabalho infantil, é muito difícil responder. Temos tentado. Finalmente foi criada uma força-tarefa global sobre o trabalho infantil, mas, na prática, não funciona, porque muitas agências não estão suficientemente dispostas a trabalhar lado a lado. Algumas vezes elas competem entre si, e não têm esse sentido de urgência, de paixão para proteger as crianças e para trabalhar em parceria.

O setor de trabalho infantil tem a ver com a OIT. A educação tem a ver com a Unicef. Os programas de erradicação da pobreza ou as metas de desenvolvimento do milênio estão ligados ao PNUD ou ao Banco Mundial e, por vezes, não há coerência nas suas políticas, porque há muitas questões que se tem de resolver. De um lado, tem-se que manter a educação para todos, criar escolas, contratar e treinar inspetores, capacitar professores e, por outro, tem-se o gasto em desenvolvimento social. Portanto, são forças antagônicas que se enfrentam.

O Brasil é uma das poucas exceções. Vocês provaram como vários ministérios podem trabalhar lado a lado. Outros têm que aprender com o Brasil. Como é que os ministros do Trabalho, do Desenvolvimento Social, da Educação, da Saúde podem trabalhar juntos? Tudo começou com o bolsa-escola e passou para o bolsa-família. O presidente Lula assumiu uma liderança forte nesse sentido, que continua no novo governo. Há convergência, há coordenação interministerial, e isso é algo que está faltando no mundo.

Aqueles que atuam contra o trabalho infantil estão totalmente distanciados daqueles que trabalham na educação para todos. São mundos totalmente separados: um grupo em programa de alimentação, outro em programa de educação, outro ainda em programa de erradicação do trabalho infantil. Isso é um desafio muito sério, muito grande. Portanto, quando falamos em coordenação desses três problemas, percebemos que é algo bastante amplo.

Mas vamos tratar da solução do problema do trabalho infantil e, para isso, posso falar, com base na minha experiência, não só na Índia como em outros países, que precisamos enfrentar quatro aspectos.

O trabalho infantil é crime, em primeiro lugar, e, como tal, precisa ser abordado pelas autoridades policiais, pelo sistema judicial, pelos juízes ou por quem quer que seja responsável. Portanto, a polícia e as autoridades trabalhistas precisam agir nas questões de trabalho infantil, nas questões trabalhistas, mas tudo desemboca nos Tribunais. Não podemos simplesmente dizer que é um problema de desenvolvimento social. São problemas que têm de ser atacados simultaneamente.

O próximo aspecto é que precisamos considerar que se trata de um mal que se deve a tradições, a políticas ruins em relação às crianças, à falta de respeito aos seus direitos. Como resultado, chegamos ao trabalho infantil, que tem de ser abordado pela sociedade como um todo: sindicatos de trabalhadores, empregadores, instituições religiosas, todos têm que trabalhar em conjunto. Não podemos ignorar as igrejas e outras instituições religiosas, porque elas têm muito poder e autoridade moral. Se elas lutarem contra o mal social, essas lutas serão muito mais eficazes e efetivas.

O terceiro aspecto é o déficit de desenvolvimento – o fracasso das reformas sociais, dos programas de proteção social, de reformas agrárias, de sistemas de educação que levam à perpetuação do trabalho infantil. Aqueles que lidam com a parte do desenvolvimento social têm que levar essa questão mais a sério, mas toda a sociedade tem de levantar essa bandeira. Mais dinheiro tem de ser investido na erradicação do trabalho infantil em todo o mundo,

mas, infelizmente, não é isso que acontece. Se compararmos a erradicação do trabalho infantil com a educação, a fração do trabalho infantil é muito pequena. No setor de saúde, também é muito pequena. Não há comparação entre saúde e eliminação do trabalho infantil em todo o mundo.

E como construir isso? Uma coisa temos de ter em mente quando estamos falando em déficit de desenvolvimento: precisamos entender que, sem a erradicação do trabalho infantil, a educação jamais chegará a todos. A qualidade, a igualdade de gêneros, nenhuma das metas do desenvolvimento do milênio será alcançada sem a erradicação do trabalho infantil.

O quarto aspecto é o dos negócios, o aspecto corporativo. Todos conhecem a ganância dos empregadores que buscam mão de obra barata. Essa é justamente a razão de haver tantas crianças empregadas no mundo inteiro. E agora isso se alastra para toda a cadeia de fornecimento. Grandes marcas se escondem por trás da cadeia de fornecimento, lavam as mãos e dizem: “Olha, não temos responsabilidade, porque a responsabilidade é dos nossos parceiros locais; estamos aqui só trabalhando com eles”. Isso é inaceitável. Quem se beneficia, quem tira o lucro dessa produção? É sempre a grande marca que está por trás. Por isso, ela tem que ser responsabilizada. Não é uma questão puramente social.

Temos que ir muito além da questão social para responsabilizar também as corporações, as marcas globais. Elas têm que passar não somente por processos de certificação próprios, mas também internacionais, que possam garantir que não existem tais trabalhadores. A OIT, por exemplo, tem vários padrões (metas, resoluções, etc.) que devem ser utilizados, mas que, muitas vezes, não são observados por esses empregadores. Dos desafios que enfrentamos – pelo menos os novos desafios –, esse é um deles. A globalização da economia e da produção, assim como os investimentos diretos estrangeiros, e também mão de obra e recursos básicos baratos, acabaram levando a uma situação em que muitas crianças, devido a sua vulnerabilidade social e econômica, são exploradas.

Então como questionar e como nos engajar com o setor privado para encontrar uma solução construtiva? A cadeia de fornecimento como um todo precisa ser sensibilizada e capacitada para que entenda o flagelo que esse tipo de trabalho traz para as crianças. Esse é um dos novos desafios emergentes. Há ainda outros, que se referem aos índices cada vez mais altos de migração.

Crianças, homens e mulheres muitas vezes são traficados, se mudam de um país para outro, em busca de vida melhor e perdem os direitos que tinham

em seu país. Como fazemos para assegurar os direitos a essas comunidades migrantes? Isso também é um grande desafio.

Recentemente, reuni-me com alguns grupos nos quais havia um número expressivo de pessoas da Síria. Devido às insurgências que atualmente acontecem por lá, muitas pessoas estão indo para a Jordânia. O governo da Jordânia tem muitos problemas com isso, porque existem inúmeras crianças oriundas da Síria em campos de refugiados lá. Muitas delas acabam se tornando trabalhadores infantis ou até vão para a prostituição.

Nas comunidades que migram para o Brasil, como são garantidos os direitos desses imigrantes? Como são garantidos os direitos à educação, à proteção e à segurança das crianças que pertencem a essas comunidades? Esses direitos não são observados em muitos países.

Da Primavera Árabe, por exemplo, resultaram uma série de dificuldades, inclusive para as crianças que se encontram no meio dessas insurgências. Há crianças que vieram do Nepal, de Bangladesh, até a Índia. Ondas enormes de crianças que não somente migram, mas também são traficadas de seus países de origem para trabalhar na produção, não de chocolate, mas sim de cacau, na Costa do Marfim ou em Gana. Nesses países pobres, o tráfico de crianças é enorme. Como fazemos para tratar disso?

Outra área de preponderante importância são os filhos de povos nômades, vítimas da exclusão social e também do trabalho infantil. Trabalham como pedintes nas ruas ou participam de pequenos crimes.

Eu diria que o principal grupo a merecer atenção é o dos trabalhadores escravos agrícolas. Mais de 68% dessas crianças trabalham nesse setor. É uma área frequentemente negligenciada, porque não é prioridade de muitos países e não faz parte da agenda política. No Brasil, graças ao governo, aos sindicatos agrícolas e a ações da sociedade civil, o problema vem sendo enfrentado de forma séria. Ainda existem crianças que trabalham em fazendas de forma análoga à da escravidão, porém esse número vem caindo. O trabalho infantil, em âmbito agrícola, deveria ser a principal prioridade, porque é difícil encontrar e monitorar as crianças. Inspeccionar não é fácil. Nas zonas rurais, quando existem escolas, elas carecem de infraestrutura e são poucos os professores, mas precisamos encarar esse desafio.

E entram as insurgências. Dos 70 a 72 milhões de crianças em idade escolar, 14 milhões vivem, neste momento, em áreas com probabilidade de insurgência ou de guerra, que são aqueles estados frágeis, como chamamos.

Isso é mais um desafio. Como podemos assegurar que essas crianças terão educação, ficarão seguras e longe desses embates?

Tendo dito isso tudo, digo também que acredito piamente em uma coisa: que o trabalho infantil será erradicado. As parcelas mais pobres da população mundial agora estão começando a entender o valor da educação e querem educar seus filhos. Isso é um ótimo sinal. Empresas e corporações que antigamente não se importavam com essas questões, agora estão começando a prestar atenção no trabalho infantil. A mídia também. As instituições judiciárias dos países estão participando cada vez mais dessa empreitada. Esse é um sinal muito bom: 174 países já ratificaram a Convenção da OIT sobre as piores formas de trabalho escravo, e isso é uma conquista importante, e 154 países já ratificaram a Convenção nº 132 da OIT, que trata da idade mínima para o trabalho.

Há quinze anos, tínhamos 250 milhões de crianças trabalhadoras, mas agora esse número caiu para 215 milhões. Há doze, treze anos, 130 milhões de crianças não iam à escola, e agora esse número reduziu para 70 milhões, ou seja, a quase a metade. Houve, sim, um progresso. Se isso foi possível, tenho certeza de que a outra parte restante desse problema também pode ser resolvida.

Concluo dizendo que fico muito grato ao Judiciário.

Como disse antes, tive muita experiência com o Judiciário da Índia, nos últimos 30 anos. Boa parte desse tempo, o governo sequer queria admitir que havia o problema de trabalho infantil. Finalmente, em 1980, a Suprema Corte da Índia abraçou essa causa. Foi o início de uma nova era de interesse público na causa das crianças e dessas parcelas mais vulneráveis da população, principalmente aquelas pessoas em trabalho escravo ou semelhante ao escravo.

Sobre esse tema, em decisão, a Suprema Corte da Índia determinou ao governo que levasse em consideração e admitisse qualquer carta escrita de próprio punho ou de representante da vítima como prova. E, ainda, que todos os gastos feitos para ouvir essas testemunhas seriam pagos pela própria Suprema Corte. Este foi o começo dessa nova onda.

Alguns anos atrás, resgatamos algumas crianças que trabalhavam numa fornecedora da GAP. Foi manchete em vários jornais no mundo inteiro. Na Índia, as autoridades ficaram sob muita pressão quando a Suprema Corte se inclinou pela inexistência de trabalho infantil porque, quando a polícia chegou ao local, as crianças não estavam trabalhando efetivamente, estavam apenas sentadas.

Foram doze ou treze horas de argumentação na Corte. À meia-noite, escrevi uma carta de próprio punho contando a história. Com a carta, fui até à casa do juiz. Bati na porta, no meio da noite, e lhe disse: “Olhe, amanhã o

senhor vai estar no Tribunal?” E após a resposta afirmativa: “Então, por favor, leia essa carta”. Na manhã seguinte, o magistrado colocou o item no primeiro lugar da pauta. Chamou os representantes do governo e perguntou: “O que está acontecendo? Todo mundo sabe que as crianças foram encontradas em situação de trabalho escravo nessa fábrica”. E determinou imediatamente que aquilo fosse resolvido. Após a leitura da carta, ele ficou revoltado. Hoje pela manhã, falei com esse juiz pelo telefone e lhe disse que iria contar aqui esse caso.

Naquela história do circo, que contei há pouco, também escrevi uma carta para o presidente do Supremo da Índia, que foi admitida como evidência. Inclusive, a sentença foi proferida no ano passado e baniu todas as formas de trabalho infantil ou escravo na indústria circense de todo o país. O presidente do Supremo não somente fez isso, mas tomou essa decisão em colegiado, ou seja, essa decisão não pode mais ser mudada. Nessa ocasião, foram atribuídas as responsabilidades dos diferentes representantes do governo e, ainda, determinada a criação dos procedimentos-padrão para tratamento da questão do trabalho infantil.

Criamos, então, os POPs – Procedimentos Operacionais Padrão, que são listas de procedimentos e responsabilidades, para o Judiciário, o Ministério de Apoio Social e a polícia. Houve uma divisão de atribuições. Também, uma série de determinações foi feita por vários níveis do Judiciário.

Um serviço de assessoria jurídica gratuito na Índia se comprometeu a trabalhar com a nossa organização para criar um centro específico para o trabalho escravo. Essa assessoria foi formada por vários advogados contratados pelo Tribunal, que foram ao nosso escritório ouvir as reclamações das pessoas sobre violação dos direitos das crianças. Trata-se de um conselho que examina os casos e depois os leva ao Judiciário. É um órgão, criado recentemente, de suma importância.

Os casos também precisam passar por um juiz em primeira instância. Isso porque, tradicionalmente, o sistema acaba retardando e até extinguindo o processo. A intenção era criar uma via para que as crianças mais pobres e seus pais pudessem ter acesso a diferentes instâncias do Judiciário. Essa questão da garantia de acesso ao Judiciário era preponderante e continua sendo um grande desafio, um problema enfrentado pelo mundo inteiro.

O segundo problema é esse atraso, essa demora. Talvez possam ser criados Tribunais somente para crianças. Existem excelentes exemplos disso aqui no Brasil. Agora, é necessária uma iniciativa global para que essa situação seja

resolvida, na maioria dos casos, ainda durante a infância, para que a criança não seja adulta quando a sentença for proferida.

Vou encerrar contando a história de uma jovem menina, que falou na Assembleia Geral da ONU sobre a educação, para presidentes, primeiros-ministros, etc. Seu nome é Devly, e hoje ela tem uns onze anos. Eu a resgatei, há alguns anos, quando tinha seis ou sete anos.

Devly nasceu numa mina. Seus pais também cresceram ali. O tráfico trouxe de outro país os avós. Já era a terceira geração de trabalhadores escravos. Um casal, que fugiu daquela pedreira, foi até nós e nos contou que havia muita gente trabalhando lá em situação de escravidão. Fizemos o dever de casa e descobrimos que aquele local, e também outras pedreiras, pertenciam a um dos principais ministros – seria o equivalente a um governador no Brasil. Tentamos abordar a questão do ponto de vista legal, mas ficou difícil em razão da posição de autoridade daquela pessoa. Resolvemos, então, agir com as próprias mãos. Decidimos fazer uma operação secreta. Às 5 ou 6h da manhã faríamos uma incursão, porque era a melhor hora do dia. Naquela hora, os guardas armados saíam para a pausa do cafezinho. Esperaríamos a hora certa de agir.

Tivemos apenas uma hora para fazer o resgate de mais ou menos sessenta pessoas. Carregamos todas elas num caminhão. Levei muitas crianças comigo, no meu próprio carro. Sempre sou eu mesmo que dirijo o meu carro nessas operações de resgate porque, em muitos casos, o motorista era ameaçado e fugia, ou era subornado e nos levava de volta.

Devly veio sentada ao meu lado no banco da frente do carro. Todas essas crianças estavam em estado de choque, porque nunca tinham recebido qualquer ajuda. Elas simplesmente não confiavam em ninguém. E, para deixá-las mais felizes, lhes disse que havia bananas no banco de trás. Eu as deixei à vontade para comer e pedi que cantassem uma canção. As crianças, ainda traumatizadas, em choque, tremiam. Quando insisti, alguém perguntou: “O que é isso?” Falei que era um cacho de bananas, e que era para elas comerem. A menina que estava no banco da frente olhou para a banana e disse para o menino ao seu lado: “Isso aqui não parece cebola, não. Que tipo de cebola é essa aqui?” O menino olhou e respondeu: “Realmente, não parece não. Acho que não é cebola; também não é batata. Será que é uma batata?” Eles nunca tinham visto nada além de cebola e batata, nunca tinham comido ou visto uma banana. Nunca viram uma fruta, porque sempre viveram naquelas condições. Falei que podiam comer, que a banana era doce e boa, e continuei dirigindo. Pelo retrovisor, vi que duas das crianças comiam as bananas sem descascá-las, e me dei conta de como fui tolo e inocente.

A distância que existe entre uma banana descascada e uma com casca é a mesma que existe entre uma criança livre e uma criança em situação de escravidão. É mais ou menos como comparar o século XIV ao século XXI. Quinhentos anos se refletiram ali na casca daquela banana.

Fui lá, descasquei a banana e a entreguei para a menina, que a comeu e gostou muito. Ficou feliz e sorriu pela primeira vez. Depois, agarrou o meu braço – ela nunca tinha visto ninguém dirigindo – e disse alto: “Por que você não veio antes?” Estava zangada. Eu sabia que, pela primeira vez, ela estava voltando a ser criança, e senti que a minha vida tinha alguma utilidade.

Já senti isso centenas, milhares de vezes. Quando entrego uma criança a sua mãe e ela chora, é um sentimento divino. Quando Devly me perguntou por que eu não tinha ido antes, sei que ela não estava falando isso por causa da banana, mas, sim, porque sua mãe foi estuprada na frente de todos – ela não terminou o trabalho a tempo, e sua punição foi o estupro. O pai da menina reagiu e foi amarrado, preso, torturado e queimado com pontas de cigarros. Viu também seu irmão mais novo morrer, porque não havia remédio. Por isso a menina Devly me desafiou: “Por que você não veio antes?”

Essa pergunta eu transfiro a todos vocês, meus amigos. Essa pergunta não é só para mim; é para todos que acreditam em direitos humanos, em direitos das crianças; todos que acreditam na humanidade; todos que acreditam em justiça. É uma pergunta para todos: por que não agimos agora? O que nos impede de agir?

Vocês são pessoas poderosas, irmãos e irmãs. Sei que têm um coração puro. Foi por esse motivo que essa conferência foi organizada. Podemos fazer qualquer coisa, podemos fazer agora.

Se vamos boicotar produtos resultantes do trabalho infantil, vamos boicotá-los e não apenas falar que vamos boicotá-los. Se somos magistrados, podemos tomar outras providências: julgamentos mais rápidos. Há tantas coisas! Se somos ativistas sociais, assistentes sociais, membros de sindicatos, como vamos ficar sentados e calados? Não estou falando de dias ou horas. Cada minuto conta. Temos de agir agora, temos de agir agora, repito.

Não há substituto para a ação. Vou continuar falando muitas coisas, contando muitas histórias, relatando muitos fatos. Vocês podem me elogiar, mas essa não é minha função, esse não é meu trabalho. Quero ver uma chama em vocês, uma faísca, quero ver raiva em vocês, revolta, um sentimento de urgência. É para isso que estou aqui. Quero ver liderança em vocês.

SEMINÁRIO TRABALHO INFANTIL

A sociedade e o governo brasileiro mostraram liderança. Isso é a prova de que há liderança e como a mobilização social funciona; como a convergência funciona; como a união funciona; como tantas outras coisas funcionam.

Não é suficiente levantar bandeiras das conquistas já realizadas. As pessoas me contam histórias do Brasil, dizem que está tudo muito bem. Não é só isso, isso não basta. Este é o momento de assumir a liderança.

Países como Índia, Brasil, China, Rússia, África do Sul – os BRICS – precisam construir um novo mundo sob sua liderança. E espero que vocês assumam essa liderança para que, o mais rapidamente possível, possamos ver o fim do trabalho infantil.

Não quero morrer antes de ver a erradicação do trabalho infantil. Se eu tiver de viver mais cem anos, tudo bem. Mas aqueles que agirem agora farão parte da História, porque o trabalho infantil será brevemente apenas um fato histórico que vocês contarão para seus netos ou seus bisnetos. Eles lerão nos livros de História que houve um mal, em algum tempo, que se chamava trabalho infantil, no Brasil e em todo o mundo. Temos de viver para ver esse dia.